

Arte e cultura na escola: pelos saberes subalternizados

Rita de Cássia Leitão Santos¹

Na realidade da educação brasileira, a cultura escolar dominante prioriza o homogêneo, o comum e segue reproduzindo discursos hegemônicos. Este texto faz parte de um primeiro momento que antecede pesquisa de doutoramento, que traz uma proposta de investigar sobre Arte e cultura na escola como o objetivo de afirmar a escola também como um espaço artístico e cultural.

As artes e a cultura juntas pela educação, funcionam como um complemento às várias formas de desenvolvimento da aprendizagem e do conhecimento. São, dessa forma, importante mecanismo de inclusão social. É de suma importância, discutir no chão da escola, que a cultura é um instrumento necessário para o desenvolvimento econômico e social de uma sociedade. A Constituição Federal garante a educação como direito social em seu artigo 255. “a educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Ainda segundo esta lei, na seção II. Art. 215. “ O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, traz em seu Capítulo II, artigo 22. “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

Assim, a legislação brasileira recomenda a necessidade de um trabalho escolar que empreenda uma educação que dê respostas às demandas sociais. Conforme essa perspectiva, de importância da educação escolar para o sujeito em formação, para a defesa e manutenção de uma sociedade democrática e a garantia da igualdade, não discriminação e respeito às diferenças, como docente em Arte Visual e falando na perspectiva da sala de aula, trago neste trabalho, reflexões sobre a relevância das aulas de Arte² para a formação de alunas e alunos do ponto de vista humano e multicultural³, abordando a importância do conhecimento e valorização dos saberes subalternizados. Trata-se de um texto bibliográfico, a partir do estudo

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica) pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus II – Alagoinhas - Bahia, na Linha de pesquisa 2: Letramentos, Identidades e Formação de Educadores, sob a orientação do Profº Dr. Osmar Moreira dos Santos. E-mail: prossas_6@hotmail.com

² Grafa-se Arte ao referir componente curricular, no demais; grafa-se arte.

³ “Vivemos em sociedades multiculturais”. (CANDAUI, 2008, p. 19).

e do pensamento de teóricos a exemplo de ADICHIE (2019), BARBOSA (1996, 1998), BHABHA (2007), CANDAU (2008), GROSGOUEL (2009), MUNANGA (2005), PAVAN (2009) e VEIGA-NETO (2003).

Não é intenção desse texto discorrer sobre o conceito de cultura e currículo, pois poderia fugir do propósito ao qual se propõe, porém, é necessário compreender mesmo que de forma breve, o sentido pelo qual encontramos em diversos textos a palavra cultura escrita com inicial maiúscula e no plural.

São muitos os estudos acerca do tema cultura, dentre esses, o sentido da escrita da palavra *cultura* com inicial maiúscula e no singular. “Maiúscula porque era vista ocupando um *status* muito elevado; no singular porque era entendida como única. E se era elevada e única, foi logo tomada como modelo a ser atingido pelas outras sociedades” (VEIGA-NETO, 2003, p.7). A partir dessa visão que surge o cunho elitista para expressões do tipo “ser culto” ou “esse grupo tem cultura superior àquele outro”, “a pessoa não tem cultura”. Entende-se assim esses casos como elementos de justificação para a dominação e exploração. Na educação contemporânea, observamos que os currículos (no plural), precisam ser elaborados de acordo com a diversidade de grupos socioculturais presentes no espaço escolar.

[...] significa perceber o currículo para além da concepção tradicional e tecnicista e concebê-lo como território de construção e circulação de diferentes saberes. Significa, ainda, ver as lutas sociais, contra as formas de discriminação econômica e/ou simbólica como formas privilegiadas de subverter e ressignificar as práticas educativas monoculturais (PAVAN, 2009, p. 159).

Portanto, a palavra currículo também passa a ter esse recurso usado. Escrevendo a palavra *currículo* com inicial maiúscula, logo vincula-se a ideia elitista de cultura.

Em tempos como os atuais, em que continuamos lutando para combater as reproduções hegemônicas que a escola insiste em manter e reproduzir, um dos nossos diversos desafios, é trabalhar para romper com essas práticas, de considerar que cultura é o que a humanidade fez de melhor e considerar o sujeito europeu como único representante da cultura, justificando assim o processo de colonização como um processo civilizatório importante para que a humanidade “avançasse culturalmente” e dessa forma, evitar que as culturas entendidas como inferiores destruíssem a cultura. Esse processo de colonização, “é um aparato que se apoia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais/culturais/históricas” (BHABHA, 2007, p. 111).

Frente a este reconhecimento, é preciso quebrar a ideia de privilégio para a cultura e um currículo, é preciso construir outros currículos contemplando as culturas, debate que vem crescendo entre os estudos sobre as formas de educação intercultural.

Ensino de Arte e as relações com a cultura

O ensino de Arte posto no Brasil, tem a ver com a arte que aqui se estruturou basicamente com o predomínio de tradição europeia. Dessa forma, está fundamentado em suportes colonialistas, que configura o que vemos na prática, uma negação da cultura e apagamento de diversas outras.

É comum, nos discursos pedagógicos situar a arte como sinônimo de cultura, trazendo aí a destruição desta como área do conhecimento, o campo específico. É preciso distinguir arte e cultura. As duas estão sempre juntas no repertório dos estudantes, ora eles as trazem como sinônimos, ora como significado uma da outra. A área de arte é um lugar interessante para o cultivo da imaginação e o aumento das fontes de significados pessoais. A arte é a motivação para o estímulo ao pensamento complexo, não sequenciado. Há em sua área as especificidades, o trabalho com abordagens próprias e no currículo escolar devem ser contempladas todas as suas linguagens: Artes Visuais, Dança, Música e Artes Cênicas.

Por se apresentar “diferente” e trazer em sua bagagem a ideia elitista, fundamentada na base colonialista conforme citei anteriormente, a Arte fica à deriva no ambiente escolar como algo desnecessário, sim, pois a grande maioria dos estudantes e demais comunidade escolar, carregam consigo o entendimento de que a arte ali, para aquele lugar, não é algo importante, acreditam que a arte é “coisa de rico” como assim denominam, não conseguem perceber as formas e linguagens da arte ao seu redor. O entendimento de uma grande maioria é o de que arte na escola é passatempo ou usada apenas em decoração do espaço para eventos festivos.

A arte é um campo da cultura e não sinônimo conforme citado. Ela precisa ser entendida como cultura para assim, fazer sentido como área do conhecimento diferente e por isso, essencial no contexto escolar. Ainda que aceitemos a ideia da arte como cultura, há um incômodo que nos leva a sentir que algo não se encaixa. Parece que um tipo de arte foi colocado na nossa cultura e que assim sendo, não há lugar para outras artes, outras culturas diferentes daquela que foi colocada, que foi imposta e vem a ser diferente daquela inicial. É aí que percebemos que as outras culturas, os outros saberes não aparecem, a história de outros povos vem a ser apagada, vemos apenas a cultura do colonizador. É perfeitamente perceptível no currículo, uma Arte que aparece apenas como um “anexo” da cultura. É quando vemos que conseguimos trabalhar com a arte popular e a arte indígena por força e luta de colegas parceiros, incluindo-as nas aulas de Arte em todas as linguagens e trabalhando de forma coletiva.

Entendemos que o ensino de Arte é de grande importância no currículo e que na contemporaneidade é preciso que a escola implemente um ensino que contemple as diferenças culturais presentes na sociedade. Os desafios são grandes para todos os campos do conhecimento. Na perspectiva das aulas de Arte, a autora Ana Mae Barbosa refere:

Através das artes temos a representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade ou grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças. [...]. Não podemos entender a cultura de um país sem conhecer sua arte. Sem conhecimento parcial de sua cultura. [...] a arte na educação como expressão pessoal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento (BARBOSA, 1998, p. 16).

Frente a estas reflexões, portanto, entendemos que vivemos em um ambiente de diversidade de sujeitos e situações. Há a preocupação com a necessidade de confronto com uma história única⁴, que persiste em apagar outros povos, outras culturas e saberes. Nesta perspectiva, o processo de ensino/aprendizagem deve ser articulado a uma proposta consciente e também que, de acordo com Miguel Arroyo:

[...] que pressiona contra a imposição de um conhecimento único, de uma racionalidade única, de uma leitura e culturas únicas, de uns processos – tempos de aprender únicos. Pressiona por uma dessacralização dos currículos e das diretrizes e desenhos curriculares. [...] em responsáveis e ousados projetos coletivos de respeito e de reconhecimento da diversidade (ARROYO, 2011, p. 42).

Estamos vivenciando uma sociedade imersa em uma crise que atinge diferentes dimensões da vida social e política. Em nosso universo educacional discutimos cotidianamente sobre posições conservadoras, fruto do momento pelo qual passamos por um governo de direita, marcado pelo retrocesso das políticas educacionais, culturais e sociais, além da crise provocada pela pandemia da Covid-19. Por vitória da democracia esse governo teve seu final em dezembro de 2022, mas, estamos convivendo com seus resquícios, incrustados no pensamento de parte da população que defendem opiniões extremas, reacionárias, racistas, de fundamentalismo religioso, xenófobas, de exaltação à nacionalidade e seus aspectos históricos exaltando a superioridade em relação a outras culturas.

Rumo a uma tomada de consciência e pelo desenvolvimento dos processos educacionais em que nos situamos, em busca de rebater a colonialidade presente no espaço escolar, em busca de construir uma educação intercultural, colocando no cerne das discussões sobre cultura os saberes subalternizados, é importante uma educação democrática e aqui trago a lembrança de Paulo Freire que, ainda que não tenha afirmado - a meu ver a – que atuava sob uma perspectiva decolonial, quando referia que a educação formativa é diferente da educação

⁴ Conceito que descreve que quando um assunto ou determinado lugar é abordado, isso é feito a partir de um único olhar, feito por um senso comum ou estereótipo desenvolvido por parte da sociedade. Este conceito faz parte da obra O perigo da história única da autora Chimamanda Adichie, em que ela conta “como descobriu sua voz cultural”.

instrumental, conteudista e bancária. Freire acreditava e sempre defendeu que a educação liberta as pessoas (FREIRE, 1967). Em nosso país, de realidade pluricultural, é inadmissível vivenciarmos nas escolas, formas de currículos monoculturais. É premente ações educacionais decoloniais.

Os estudos decoloniais debatem a busca pela decolonização epistêmica que vem a ser a exaltação dos saberes subalternizados.

[...] são formas de resistência que reinvestem de significado e transformam as formas dominantes de conhecimento do ponto de vista da racionalidade não-eurocêntrica das subjetividades subalternas, pensada a partir de uma epistemologia de fronteira (GROSFOGUEL, 2009, p. 405).

Dessa forma, pensar uma concepção de educação de qualidade, significativa, que se desloque dos modelos que predominam nas políticas educacionais atuais, é importante para propiciar ao estudante a ampliação de sua visão de mundo, transformando-o em sujeito ativo na mudança da realidade em que vive. A potência das aulas de Arte, com uma infinidade de possibilidades de trabalhos artísticos relacionando com o estudo da produção artística de diferentes culturas em diferentes épocas, faz com que os estudantes consigam entender a importante questão do relativismo, compreendendo assim que não existe melhor e pior, feio e bonito, certo e errado, mais ou menos desenvolvido, mas simplesmente diferente e que possui valor e sentido dentro de seu contexto. Isso pode facilitar a proposta de uma deshierarquização da cultura. Para um ensino/aprendizagem em arte assim, o termo interculturalidade é o mais apropriado, pois se propõe a trabalhar com os diferentes códigos culturais.

Aula de Arte e Interculturalidade: pelos saberes subalternizados

No contexto educacional, a Lei Federal nº 10.639 de 2003, atualizada pela Lei Federal nº 11.645 de 2008, que é parte de políticas públicas cujo objetivo é promover diferentes grupos socioculturais, tem seu papel de fundamental importância nas ações em prol de uma educação que inclui no currículo a obrigatoriedade da temática História e cultura indígena e africana. As ações pedagógicas a partir dessa lei, buscam promover reflexões sobre as relações étnico-raciais, pois, o currículo escolar era carente nessa concepção de construção da identidade do sujeito. Na cultura escolar dominante, conforme já citei anteriormente, que prioriza o comum e homogêneo – considerados elementos constitutivos do universal – as diferenças são ignoradas e, se não há uma força docente para enfrentar essas questões, a escola segue reproduzindo a cultura do colonizador. Como educadora consciente, compreendo a dimensão cultural que nos envolve e penso a partir do componente curricular Arte, do qual

sou docente em Arte Visual, ideias potentes de processos de aprendizagens significativos e produtivos, para alunas e alunos, como forma de combater a cultura racista que ainda vive na sociedade brasileira. É preciso que os docentes revejam conceitos e busquem estratégias em suas áreas de conhecimento, para que seja possível mostrar aos estudantes que, o Brasil é produto de uma educação eurocêntrica, conforme nos orienta o professor brasileiro-congolês, Kabengele Munanga,

O resgate de memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas (MUNANGA, 2005, p. 16).

Para desconstruir esta “educação envenenada”, eurocêntrica, herança do colonialismo, é preciso o movimento de ensino decolonial, o qual demanda o rompimento com a colonialidade, que refere à permanência da estrutura do poder colonial até o mundo contemporâneo. A decolonialidade⁵ busca romper com a continuação do poder colonial e sua estrutura. É um caminho para resistir e desconstruir conceitos, paradigmas e perspectivas que foram postas para os povos subalternizados. É também uma crítica à modernidade e ao capitalismo. É um campo de estudo que se desenvolveu ao longo do tempo com vozes de vários estudiosos e diferentes influências. Traz uma abordagem interdisciplinar e está centrada na decolonização das estruturas de poder, do pensamento e das relações sociais. Nos aspectos identidade e resistência, a decolonialidade propicia a valorização das identidades culturais e étnicas dos povos colonizados, valorizando o conhecimento e perspectivas indígenas e afrodescendentes⁶.

A educação intercultural se faz necessária de forma urgente, devido a momentos aterrorizantes, de total retrocesso, pelo qual vivenciamos com o governo de extrema direita no período de 2019 a 2022, que tanto prejudicou a educação, as artes e a cultura brasileira com ataques sistemáticos e deixou remanescentes seguidores e apoiadores que seguem ameaçando a democracia e a luta por direitos. A educação sob uma perspectiva intercultural, conforme Vera Candau:

[...] quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. [...] A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade (CANDAU, 2008, p. 51).

⁵ Conceito que surgiu através dos estudos do grupo denominado MCD – Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade, em que participavam estudiosos como Anibal Quijano, Catherine Walsh, Edgard Lander, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres, Walter Mignolo. Em 2000 foi lançada a publicação mais importante do grupo: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*.

⁶ Afrodescendentes e afro-brasileiros são todos aqueles definidos como pretos e pardos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

De posse deste entendimento, percebo que a interculturalidade é a consciência e valorização de diferentes culturas, sendo assim, é primordial para fomentar a aceitação e o respeito mútuo. No âmbito das aulas de Arte, proporcionar aos alunos e alunas o contato com a cultura indígena, africana e afro-brasileira, é uma maneira de preservar e valorizar a nossa própria cultura. Incluindo os saberes dessas culturas – os saberes subalternizados – permite que os estudantes identifiquem outros cenários, outros modos de vida, ampliando sua visão de mundo. O potencial da aula de Arte pode proporcionar aos estudantes o contato com esses saberes. A arte indígena, que se apresenta na cerâmica, na arte plumária, na cestaria, na pintura corporal. A arte popular que se apresenta no contato com o artesanato regional, as artes urbanas, as tradições e manifestações culturais representadas nas festas populares; além de conhecer sobre a arte africana e reconhecê-la na arte afro-brasileira.

A interculturalidade nesse sentido, mostra a construção de uma sociedade que considere as diferenças como características da democracia e sejam capazes de construir novas relações, que sejam iguais entre os grupos socioculturais diferentes, o que prevê dar poder aqueles que foram historicamente inferiorizados, subalternizados.

Considerações

Ainda que as Leis Federais (10.639/2003 e 11.645/2008) tenham sido um avanço para que fosse possível pensar e estabelecer práticas de educação decolonial, ainda persistem os fantasmas das epistemologias eurocêntricas. Percebemos o quanto arraigado continua a dominação e a opressão de povos na sociedade brasileira e de forma mais ampla podemos ver na educação em escolas públicas localizadas nas periferias.

Apesar dos avanços, abordar os temas sobre a cultura dos povos originários, a cultura africana e afro-brasileira, tendo como base o pensamento decolonial, é uma forma de rebeldia. Partindo do uso dos dispositivos legais – no trabalho de base na formação cidadã do sujeito ainda na educação básica – é preciso focar no dia a dia da educação, no chão da escola, as culturas indígena e afro-brasileira que foram silenciadas e subalternizadas pela cultura europeia colonizadora, buscando por exemplo, envolver os estudantes em ações pedagógicas com foco em atividades culturais e artísticas.

A partir da educação, pensemos ser possível buscar formas de construir uma sociedade justa e democrática, que possamos pensar em alternativas para reinventar a escola, desconstruindo a perspectiva homogeneizadora e comum dos conteúdos, trazendo para o espaço escolar os diversos saberes subalternizados para o conhecimento de todos. Que a escola possa se apropriar de práticas escolares insurgentes, com professores conscientes e

dedicados que levem ao despertar de consciência e desenvolvimento do senso crítico e visão de mundo das alunas e alunos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARBOSA, A. M. **Arte-Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras**. Estud. av. São Paulo, 1989.

_____. **Tópicos Utópicos**. Belo Horizonte. C/Arte, 1988.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: MG, UFMG, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade ad temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências**. Brasília: Casa Civil, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”**. Brasília: Casa Civil, 2008.

CANDAU, Vera M. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica**. In: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. (orgs). MOREIRA, Antonio F.; CANDAU, Vera M. 2. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Paz e Terra. Rio de janeiro, 1967.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para Descolonizar os Estudos de economia Política e os Estudos Pós-Coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.** In: SOUSA, Boaventura de. *Epistemologias do Sul*. Gráfica de Coimbra: Coimbra, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Apresentação.** In: **Superando o Racismo na escola.** MEC, Brasília: 2005, p. 15-20.

PAVAN, Ruth. **As concepções de currículo e multiculturalismo dos professores e professoras do ensino médio.** In: SILVA, Mozart Linhares da; HILLESHEIM, B.; OLIVEIRA, C. J. (orgs). *Estudos culturais, Educação e Alteridade*. 1. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Cultura, culturas e educação.** *Revista Brasileira de Educação*, nº 23, Mai/Jun/Jul/Ago. 2003.